

A RAZÃO

Director e Editor: — LUÍS FILIPE COELHO

SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 36 do 3.º Ano

Redacção e Administracão: — Rua Trindade Coelho, 27

Guimarães, 3 de Setembro de 1923

Composto e Impressão na Tip. de «A Tradição» — F. A. F. E.

REHABILITEMO-NOS

Todo o cidadão português que se preza é um animal essencialmente político. *Animal político*, não no sentido em que esta expressão foi empregada por Aristoteles, mas animal político porque, a propósito ou a despropósito, nas horas de trabalho ou nas horas de ocio, aprecia, critica, julga e condena, com uma semcerimónia muito de apreciar e, por vezes, com um descaramento inaudito, todos os actos da administração pública, desde os mais elevados aos de menos importância, desde as complexas e profundas reformas financeiras à simples criação ou mudança de um chafariz. Pode não ter bem a consciência do que pretende apreciar; pode ser destituído de todas as qualidades necessárias para, com conhecimento de causa, criticar; pode não ter a independência de espirito e de convicções que lhe permitam julgar com serenidade e com imparcialidade; em poucas palavras: — pode sêr, e muitas vezes o é, inconsciente, ignorante, faccioso. — Pois isso nada importa: — é português dos quatro costados, é cidadão, é político, pertence ao partido A ou ao partido B, e, portanto, está à altura de livremente apreciar, criticar, julgar ou condenar.

Nesta falta de qualidades, agravada pelo nosso temperamento exaltado de meridionais, está a causa do desregramento e da falta de compostura das assembleias políticas, das consequências gravemente perigosas de certas atitudes e das injustiças muitas vezes cometidas.

A palavra *Política* anda na boca de toda a gente completamente desvirtuada. Da sciência que ensina a bem governar e a bem conduzir os povos, nem sequer uma vaga e fugitiva noção. A politica, entre nós, é, geralmente, um simples motivo para exaltações fingidamente patrióticas, para discursos infundáveis e, muitas vezes, para tremendas scenas de pugilato. O ambiente pesado, sufocante, que ha tantos anos se respira neste país, tem a sua principal causa na nossa mais que manifesta ignorância das sciências políticas.

Mas como pode, conscientemente, afirmar os seus direitos políticos, ter dêles uma noção exata e precisa, um povo que começa por não saber lêr e escrever?

As multidões desvairadas são essencialmente ignorantes. A ignorância gera a perversidade. Prova: a sangueira trágica do «*Desanove de Outubro*».

O maior mal, o mais profundo, o mais perigoso de todos os males é, sem dúvida, a nossa quasi completa falta de instrução e, consequentemente, de educação. Que importa que tenhamos ainda, que sempre temos tido, alguns homens eminentes nos vários ramos da actividade humana? A alta envergadura desses homens constitue, evidentemente, um titulo de glória para todos nós, produz, necessariamente, os seus fructos altamente benéficos, mas, infelizmente, não basta isso para fazer diminuir o indice de ignorância de todo um povo.

... E a culpa, em boa verdade, é de todos: — dos dirigentes, porque, quasi sempre, em absoluto desrespeitam os seus deveres;

dos dirigidos, porque não tem sabido intervir eficazmente, valendo-se dos direitos que as leis lhes conferem, na vida publica da Nação. Aquêles porque são incapazes, estes porque não tem sabido escolher. . .

..

Em geral os políticos portugueses, após rápidas e fugitivas intervenções na governação pública, aparecem-nos de tal forma alquebrados e envelhecidos que dir-se-hia terem feito um longo, laborioso e eficiente esforço em prol da Nação. Ainda não tem decorrido o tempo bastante para poderem conhecer, pelo menos superficialmente, os problemas que são chamados a resolver, e já os nossos governantes, como que succumbindo ao peso de sobrehumanos trabalhos, se declaram impotentes e vencidos.

Falta-lhes o *forte querer*, falta-lhes, quantas vezes!, a coragem das responsabilidades, a nobresa que dão as atitudes claras e firmes e, quasi sempre, não só os conhecimentos técnicos e políticos necessários ao homem que governa, mas tambem aquêles conhecimentos de ordem geral que deve ter todo aquêlle que possui uma cultura normal.

Ninguem, de boa fé, nega ou desconhece as dificuldades tremendas que apresentam hoje os mais simples e rudimentares problemas da administração pública. Não pode, porém, o reconhecimento dessas dificuldades levar-nos a justificar, ou, sequer, a explicar a extraordinária inconsciência e a criminosa apatia de certos políticos.

Não são, evidentemente, os homens públicos os responsáveis exclusivos de todos os nossos males. As suas culpas, contudo, são as bastantes para sofrerem a irremediavel, severa e implacavel condenação que ha-de resultar do julgamento a que a História os submeterá.

..

Estas verdades, tão ao alcance de todos, milhares de vezes tem sido afirmadas. Jámais alguém procurou esboçar-lhes um arremêdo sequer de contestação. São já lugares comuns. — Há, porém, ao lado de todas elas, e de muitas mais, facilmente apreensíveis, uma outra, como esta indiscutível, incontestavel, que nem sempre tem havido a coragem de salientar, apontando os seus aspectos, por vezes tenebrosos, mostrando as suas consequências, a maior parte das vezes prejudiciais. Essa verdade, já affraz ligeiramente esboçada, pode formular-se dêste modo: — a culpa, a grande culpa, o maior quinhão de responsabilidade, não cabe aos políticos, não cabe aos governantes, mas principalmente, e em primeiro lugar, a todos nós, a todas as classes, numa palavra — ao Povo.

O papel de todos nós, de todas as classes, do Povo — digamos: da Nação — não é, não pode ser, o papel simples e fácil de protestar, de julgar, de condenar, de perpetuamente la-

mentar, de constantemente criticar. Um povo de palradores não pode dar governantes conscientes.

Qual ha de ser o destino histórico de um povo que se limite a reconhecer que está mal, que são profundas as suas doenças, se esse povo, em vez de fazer um esforço sério para se salvar, se conservar inerte perante o perigo que o ameaça, aceitando à sua cabeça de doente, não o médico ca az de, com uma rápida e eficiente intervenção cirúrgica, destruir as ramificações dos cancro que o dilaceram, mas o charlatão ignorante e palavroso que não faz mais do que ministrar-lhe mészinas desacreditadas que cada vez mais agravam o seu estado?

..

Um povo que a tantas provações tem resistido, um povo que tantos e tantos obstáculos tem sabido vencer, que, depois das mais rudes provas e dos mais encarniçados combates, sempre tem conservado altiva e nobremente, a sua existência livre e independente, é, incontestavelmente e para honra sua, um povo que quer viver. Querêr viver é querêr triunfar. Tenhamos vontade, uma vontade feróz e intransigente, uma vontade racional, consciente, conduzida para êste unico fim: a nossa salvação. Saibamos escolher quem ha de dirigir-nos para termos, depois, o direito de exigir, de julgar, de condenar.

Alguns dos nossos mais graves defeitos provêm de um excesso de qualidades. Somos demasiadamente sentimentalistas, somos ainda, neste século essencialmente materialista e práctico, excessivamente românticos. Deixamos falar quasi sempre o coração quando mais preciso seria, em muitas circunstâncias, que serenamente, equilibradamente, deixassemos falar o cérebro.

As grandes paixões geram os grandes ódios. Há algumas páginas negras na nossa história dos últimos anos. Rehabilitemo-nos. Quando exigirmos dos governantes que mudem de processos, tenhamos a prévia certeza de que os nossos são já tambem inteiramente diferentes.

..

E' vulgar, é de todos os dias, o ouvir-se, scepticamente, lamentavelmente, perguntar-se: — *Para onde vamos?*

— Pois, meus senhores, vamos, pura e simplesmente, — *para onde quizermos.*

P. RODRIGUES.

: ÉSTE NUMERO FOI VISADO :

Pela COMISSÃO DE CENSURA

UMA CARTA PELA CIDADE

Do Sr. Dr. David Oliveira, membro da actual Comissão Administrativa, recebemos a carta que a seguir publicamos:

Sr. Director de «A Razão»

O primeiro numero da última fase de «A Velha Guarda» faz, entre muitas e curiosas revelações, algumas que me dizem respeito e que muito me convem aclarar, não vá a pitonisa gabar-se de ter acertado. Nêle se diz que eu sou democrático na minha terra e o não sou aqui...

Ora, é bem verdade que eu sou democrático em Guimarães como na Póvoa: nem lá nem cá se vê o meu nome no mapa dos filiados nêsse partido, ou de qualquer outro. Partidário da intervenção de Portugal na última guerra europeia, êsse facto me levou a filiar-me no centro democrático de Braga, para em breve me retirar à independência politica em que estou.

Mais se diz que já para mim foi solicitado um lugar na passada vereação...

Afirmações desta natureza, em que o propósito de afrontar é evidente, mal merecem resposta, e, a tê-la, devia ela ser moldada naquelas respostas que se dão aos alviçareiros da pês. Mas, fiquemo-nos pelos factos, que são êstes:

O Ex.^{mo} Sr. Reitor do Liceu, por iniciativa sua, ou por sugestão do Conselho, não sei ao certo, solicitou dos democráticos um lugar de vereador para um representante do mesmo Liceu. Consultado o Conselho Escolar sobre quem devia representá-lo, fui eu o indicado, tentei esquivar-me, só o conseguindo quando os dirigentes do partido democrático local, vieram com a imposição de que o representante do Liceu devia filiar-se no respectivo centro.

Esta é a verdade, que é bem diferente do que deixa antever a revelação de «A Velha Guarda». Erro de informação? Não me parece, antes sendo de crêr que o semanário democrático, nesta sua nova fase, vai lèpidamente engatinhando pelo mesmo caminho que trilhou nas suas já passadas fases, atirando-se com unhas e dentes aos republicanos que não pertençam ao partido.

Males de bérço. Vê-se-há de quem é o proveito.

Sem mais, disponha do Amigo certo

(a) David Oliveira.

Parece não haver dúvidas que está para muito breve a mudança dos serviços postais para o palacete Minotes, sito à rua 31 de Janeiro.

Segundo nos consta, serão feitas obras provisórias até que... venha o dinheiro bastante para uma instalação comuna il fant.

Mas, perguntaremos: para que se há-de gastar dinheiro com as tais obras provisórias, quando a casa, tal como está, não oferece os requisitos necessários para a montagem provisória dos serviços dos correios?

Não seria mais preferível aguentarmos dois ou três meses o pardieiro indecente do Largo do Prior do Crato, o iniciar obras definitivas?...

Ora ainda bem, mais um café!!!

Um céu aberto!...

E música, senhores, como se permanentemente vivêssemos nos casinos de Biarritz, Ostende ou Hendaya!

-Não sabem aonde é?

All, no Prior do Crato, o antigo café do José Maria, o chamado Café Avenida!

Distrações várias e informam-nos de que os seus clientes, novas distrações vão ter.

Enfim, um Paraíso terreal!

Há dias, a sede entrou n'alguns fontanários e a bicha das sopeiras era qualquer coisa de parecida com as bichas do chamado pão... politico.

Contudo, foram só uns dois dias...

Nêste instante, mesmo agora, chegou-nos aos ouvidos a boa nova de que o Castelo vai ser desatrontado dos pardieiros estabelecidos em sua volta, e intrusamente. Aplaudimos, tão acertada medida.

BENEFIGENCIA

Pelo Ex.^{mo} Sr. Capitão Julio Pereira, digno Administrador do concelho, foi distribuido do cofre de beneficencia publica a importancia de 6.860\$00 escudos pelas seguintes casas de beneficencia:

Albergue de S. Crispim	400\$00
Hospital de S. Domingos	1.250\$00
Asilo de Santa Estefania	1.250\$00
Officina de S. João	800\$00
Crèche de S. Francisco	700\$00
Polvos envergonhados	210\$00
Hospital de Vizela	1.000\$00
Bombeiros de Vizela	1.000\$00
Asilo de Mend. de Vizela	250\$00
Total	6.860\$00

Pede-nos ao mesmo tempo para tornar publico do presente balanço:

Na sua entrada saldo existente	882
Dinheiro entrado das Remanudas	880\$00
De um grupo de amigos da beneficencia	6.000\$00
Total	6.880\$82
Distribuido neste dia	6.860\$00
Saldo existente	20\$82

Guimarães, 28-8-926.

Escola Industrial e Comercial de «Francisco de Holanda»

EM GUIMARÃES

ANO LECTIVO DE 1925-1926

RESULTADO DA FREQUENCIA

ARITMÉTICA COMERCIAL	GEOGRAFIA COMERCIAL
— 1.º ano —	— 1.º ano —
Alcindo Ferreira Martins, 15 val. (dist.); Alexandrino Gonçalves da Costa, 11 val.; Antonio Augusto Almeida Carneiro, 12 val.; Antonio José Fernandes Guimarães, 10 val.; Antonio Vieira Novais, 15 val.; Bento Ferreira da Cunha, 11 val.; Carlos Ferreira Martins, 15 val. (dist.); David da Rocha Braga, 16 val. (dist.); Isaac Ferreira de Oliveira Guimarães, 11 val.; Joaquim Leite Monteiro, 15 val.; José Ferreira Martins, 10 val.; José da Silva Ribeiro, 10 val.; Manuel Fernandes de Oliveira e Castro, 16 val. (dist.); Manuel Pinheiro, 16 val. (dist.); Pedro Paulo de Castro Garcia, 16 val. (dist.)	Alcindo Ferreira Martins, 17 val.; (dist.) Alexandrino Gonçalves da Costa, 15 val.; Antonio Augusto Almeida Carneiro, 15 val.; Antonio José Fernandes Guimarães, 15 val.; Antonio Vieira Novais, 14 val.; Bento Ferreira da Cunha, 12 val.; Carlos Ferreira Martins, 17 val. (dist.); David da Rocha Braga, 18 val. (dist.); Isaac Ferreira de Oliveira Guimarães, 11 val.; Joaquim Leite Monteiro, 12 val.; José Ferreira Martins, 10 val.; José da Silva Ribeiro, 10 val.; Manuel Fernandes de Oliveira e Castro, 18 val. (dist.); Manuel Pinheiro, 17 val. (dist.); Pedro Paulo de Castro Garcia, 17 val. (dist.)
Perderam o ano por falta de média ou por faltas 25 alunos.	Perderam o ano por falta de média ou por faltas 25 alunos.

Guimarães e o Regimento de Inf. 20

Pelo decreto n.º 12.161, que contém a nova organização das armas e serviços militares, o regimento de Infantaria 20, aquartelado em Guimarães desde 1884, é transferido para a Figueira da Foz e suprimido o distrito de recrutamento e reserva, que também funcionava naquela cidade, ficando ali, conforme o quadro n.º 7 do mesmo decreto, o 2.º grupo de regimento de telegrafistas.

Guimarães, mal teve conhecimento da noticia, por dela vir no «Diário do Governo», alvoroçou-se, reuniram as associações, clamou a voz do povo, veio até Lisboa uma comissão de representantes—que foi recebida pelo sr. general Carneiro e levou a certeza da consumação dos factos.

Muitas razões, das quais apenas apontadas rapidamente algumas, muitas e várias razões de ordem histórica, estratégica, moral e económica desaconselhavam aquella inesperada transferencia, que levantou e comoveu o povo de uma cidade e concelho, de há muito perseguido por um negro azar e que por seu esforço ali formam e desenvolvem um dos nossos principais centros de agricultura, commercio e industria.

Tendô a reforma saído de um movimento militar é de supôr que nêle se hajam atendido as legítimas aspirações e necessidades do exercito nacional na defesa do solo patrio e do seu nome e independência, que primacial e superiormente lhe cumpre salvaguardar, defender e honrar—mas, afigura-se aos nossos olhos de leigo que se diminuiu a defesa e dificultou a concentração de forças na Provincia do Minho, já por mais de uma vez duramente experimentada em invasões de estrangeiros e em cuja terra laboriosa e agreste se verteu e empapou muito sangue em diversos lances, de que ficaram na História passagens memoráveis.

Guimarães, na sciencia militar moderna, não será um «ponto estratégico»—foi junto do seu castelo que se feriu a batalha de S. Mamede, o primeiro momento da luta pela independência de Portugal. Dali partiu para o sul D. Afonso Henriques

e aos guerreiros que do velho burgo o acompanharam deixou penhor claro da sua gratidão pela lealdade e bravura com que o serviram. Nas grandes batalhas da história correram sangue vimaranesense—D. João I, depois de Aljubarrota, veio ajoelhar a Santa Maria de Guimarães. Ceita recorda actos de indomita coragem e tenacidade dos nossos. Depois de 1640, durante a longa e custosa guerra com a Espanha, Guimarães pagou tamanho tributo de sangue, que as mulheres tinham de agricultural os campos desertos de braços viris. Ainda na Grande Guerra soldados de Guimarães honraram a nobre tradição do seu nome.

Desde alguns anos que a nossa população do Minho se vem esgarçando sinistramente, sob o influxo poderoso de várias causas; veremos ainda a estatística, deploravelmente acrescida porque, e em verdade, se já lhe pesava o serviço militar, por isso mesmo que é grande o seu contingente de recrutas e penoso pelas desgraçadas condições economicas, ele é, em muito, agravado pela deslocação a que vem forçados, não lhes dando mesmo, pela distancia a que têm de servir, aquêlle minuto de folga em que iam visitar a terra natal—e despida a farda, ajudavam a familia na lavoura.

Durante 42 anos criam-se laços profundos—o regimento de infantaria 20 estava identificado com a terra, estabeleceram-se familias, estreitaram-se relações, movimentaram-se legítimos interesses, muitos, officiaes cooperavam com o seu concurso em obras simpáticas e de alcance social, outros mesmo, pelo casamento, alli organizaram os seus lares, não falando naquêles que, sendo naturais, têm assim organizada a sua vida doméstica, talvez de outra forma insustentavel.

O alvoroço de Guimarães é perfeitamente justificado. Parece, que o seu nome, tão importante e conhecido no departamento das contribuições, é ignorada, insignificante, ou propositadamente desprezado nas outras repartições do Estado e que os poderes publicos, tão

longe e tão alto, andam apostados em tentar riscá-lo do mapa de Portugal—simplesmente e até talvez porque Guimarães, laboriosa, socegada e honesta, não incomoda com peditórios nem com intrigas nem com revoluções o governo central. Aqui tem o pago dos seus trabalhos, dos seus sacrificios—que importam em alguns milhares de contos—e da sua ordem. Mas para quê afinal?

(De «A Informação».)

Quadras soltas

Num beijo bem papitante, quem me dera, meu amor, nos meus lábios um instante sentir dos teus o calor.

Os teus olhos scintilantes mais vivos que o luar, parecem dois diamantes na tua face a brilhar.

Saudade, triste lembrança, que temos dentro do peito quer do tempo de creança quer dum sonho já desfeito.

Saudades são orações, que resa o meu coração com tristes recordações dos dias que já lá vão.

Fate. João Pinto Gomes.

EDITAL

Eu, José dos Santos Salvador Viegas, Engenheiro-Chefe da 1.ª Circunscrição Industrial.

Faço saber que Antonio José Lopes Corrêa, Filhos pretende licença para estabelecer uma fábrica de Tecidos de algodão, no Lugar do Monte de Baixo, freguesia de S. Jorge do Selho, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao norte com Terrenos do requerente sul com Es rada municipal, nascente com Terrenos do requerente e poente com Terrenos do requerente.

E como o referido estabelecimento industrial se acha comprehendido na tabela 1 anexa ao regulamento das industrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas, aprovado pelo decreto n.º 8.364, de 25 de Agosto de 1922, sendo um estabelecimento de 2.ª classe com os inconvenientes de barulho e trepidação são, por isso e em conformidade com as disposições do mesmo decreto, convidadas todas as pessoas interessadas a apresentar, por escrito, na 1.ª Circunscrição Industrial, com sede em Porto, rua Sá da Bandeira n.º 229-1.º, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste edital, podendo na mesma Repartição ser examinados os desenhos e mais documentos juntos ao processo.

Porto e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial, 24 de Agosto de 1926.

O Engenheiro-Chefe, Salvador Viegas.

Lêde e propagai

«A RAZÃO»